



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

INDICAÇÃO N.º 1012 / 17 – CM

Ao Excelentíssimo Senhor  
LUZIANO MARTINS DE ARAÚJO  
Presidente da Câmara Municipal de Formosa

Senhor Presidente,

1. Solicito a Vossa Excelência, ouvido o Plenário e satisfeitas às exigências regimentais, encaminhar indicação ao Senhor Ernesto Roller, Prefeito Municipal, solicitando-lhe que envie estudos junto à Secretaria competente desta municipalidade, no sentido de enviar para Câmara Municipal, Projeto de Lei que **acrescenta dispositivos ao Art.20 da Lei nº 641/12, que “Dispõe sobre o plano de Cargo e Salário dos Profissionais da Guarda Municipal e dá outras providências”, conforme sugerido no Anteprojeto enviado em anexo.**

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Formosa, 11 de maio de 2017.

CARLOS GOMES DE MOURA

(Carlim da Vila)

Vereador

#### JUSTIFICATIVA

Esta Indicação visa solicitar ao Poder Executivo garantir 20% das vagas revistas no Art. 17 aos Guardas Municipais com deficiência, admitidos antes da presente lei. Não havendo Guardas Municipais com deficiência que preencham as vagas ofertadas, estas serão disponibilizadas à ampla concorrência, abrangendo os Guardas Municipais que se enquadrem em todos os requisitos, nos termos do Artigo 20 e Parágrafo único do Artigo 7º desta Lei.



ESTADO DE GOIÁS

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

**ANTEPROJETO**

Acrescenta dispositivos ao Art. 20 da Lei n.º 641/12, que dispõe sobre o Plano de Cargo e Salário dos Profissionais da Guarda Municipal e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei Ordinária:

**Art. 1º** Acrescenta os parágrafos §6º e §7º ao Artigo 20 da Lei n.º 641/12, de 18 de dezembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.....

I - .....

II - .....

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º.....

§ 4º.....

§ 5º.....

§ 6º Serão garantidos 20% das vagas previstas no Art. 17 aos Guardas Municipais com deficiência, admitidos antes da presente Lei.

§ 7º Não havendo Guardas Municipais com deficiência que preencham as vagas ofertadas, estas serão disponibilizadas à ampla concorrência, abrangendo os Guardas Municipais que se enquadrem em todos os requisitos, nos termos do Artigo 20 e Parágrafo único do Artigo 7º desta Lei.”

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Formosa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017.



ESTADO DE GOIÁS

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

JUSTIFICATIVA

Tal Projeto de Lei Ordinária se faz necessário tendo em vista que quando na elaboração do plano de cargos e salários não foi dada merecida atenção aos Guardas Municipais portadores de necessidades especiais já pertencentes ao quadro de integrantes da Guarda Municipal, e levando em consideração princípio da isonomia, bem com o que diz a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, a qual, em seu Art. 1º diz que ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos da lei.

E também em seu § 1º que diz: na aplicação e interpretação desta lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

Tendo em vista que os referidos servidores deficientes, não possuem a mínima condição de participar de cursos que exijam uma condição física e motora plena, impossibilitando-os de se enquadrarem em todos os requisitos necessários para a progressão nos termos do Art. 20 da Lei n.º 641/12, torna-se necessário o acréscimo dos § 6º e § 7º no Art. 20; visando garantir o direito desses profissionais. Vale ressaltar ainda, que essa medida não acarretará qualquer ônus a mais do que já estava previsto, pois estes profissionais irão ser encaixados de acordo com o percentual de vagas já prevista no Art. 17.

Desta forma, solicito a apreciação deste Projeto de Lei Ordinária por esta egrégia Casa